

22 OUT 1985

Reserva de mercado para deputados e senadores

Sem muita cerimônia, nossos ilustres congressistas resolveram pegar uma carona na emenda do presidente José Sarney convocando a Assembléia Nacional Constituinte e prepararam-se para aprovar, no campo das inelegibilidades, novas medidas que só interessam a eles mesmos, só beneficiam os atuais deputados e senadores. Volta e meia nossos parlamentares têm uma recaída e enveredam pelo mau caminho. Nem bem passou a indignação da sociedade com os tristes episódios do pagamento de jtons a quem não vai trabalhar e com as cenas de fraudes nas votações de matérias no plenário, e eles voltam a atacar.

Trata-se, agora, de uma manobra para tentar afastar o maior número possível de concorrentes com possibilidades de arrebatar uma cadeira na Constituinte no próximo ano. O que se pretende, no fundo, é criar uma autêntica reserva de mercado para os atuais deputados e senadores, eliminando todos aqueles que, de uma forma ou de outra, possam ameaçar a tranqüila reeleição dessa gente. Não têm outro sentido as propostas, encampadas ruidosamente por todo o Congresso, de aumentar os prazos legais para que governadores, ministros de Estado, secretários estaduais e dirigentes de empresas públicas deixem seus postos se quiserem concorrer nas eleições legislativas do próximo ano.

O capítulo das inelegibilidades já é, em si, uma excrescência, que não é encontrada nos países democráticos do mundo ocidental. Nos Estados Unidos, por exemplo, o presidente da República concorre à reeleição sem precisar afastar-se da presidência. Entre nós, o prazo de desincompatibilização aparece como uma forma de impedir o abuso do poder econômico pelo uso indevido da máquina administrativa nas campanhas. É apenas um triste retrato do baixo nível de cultura política de nossos homens públicos. O mais fácil — e o mais razoável — seria, como acontece nos países civilizados, a existência de uma legislação que punisse com rigor esses abusos, tivesse o dinheiro a origem que tivesse.

Mas esta solução mais simples e mais honesta nunca foi realmente levada na devida consideração pela classe política. A Lei Etelvino Lins, que cuida do assunto, é tímida e tem pouca aplicação na prática. Cada candidato quer controlar as finanças dos adversários e deixar a salvo de qualquer fiscalização os seus próprios gastos. Como iriam ficar certos políticos que investem, sem nenhuma comprovação de origem, verdadeiras fortunas para conquistar postos nos legislativos estaduais e federal e até mesmo nos executivos se a legislação contra o abuso do poder econômico fosse realmente rigorosa?

Os próprios parlamentares, que fazem verdadeiras cruzadas contra o deplorável envolvimento de ministros, secretarias de Estado, governos estaduais e prefeituras nas campanhas eleitorais, não parecem sentir muito constrangimento em utilizar os serviços da Câmara e do Senado — gráfica, funcionários, telefones, franquia postal — em suas próprias propagandas. Olha que este também é um dinheiro público: as dotações orçamentárias do Congresso saem dos impostos que os cidadãos são obrigados a pagar.

O impulso inicial dos parlamentares foi o de criar um embaraço quase fatal para os possíveis concorrentes com cargos públicos, aumentando o prazo de desincompatibilização, atualmente fixado em cinco e seis meses, para um ano. A proposta de um deputado mineiro, que encontrou adeptos entusiasmados no Congresso, provocou uma compreensível reação nos executivos e também entre alguns deputados e senadores. Parlamentares mais lúcidos (ou mais vivos) perceberam que a medida, se adotada, acabaria desestimulando o aproveitamento dos políticos em cargos das administrações direta e indireta. Com efeito, governadores, prefeitos e até o presidente da República evitariam colocar em suas equipes pessoas que teriam de abandonar suas funções sem completar seu trabalho, criando um sério problema de solução de continuidade. Ninguém entra no governo para trabalhar com uma equipe provisória.

Depois que verificaram que o prazo de desincompatibilização de um ano não era bom para eles, os ilustres parlamentares engendraram uma outra saída, mais astuciosa e mais cavilosa. Segundo uma proposta definitivamente acoplada à emenda da Constituinte, que deverá ser votada nesta semana, haverá dois prazos para os ocupantes dos cargos executivos deixarem seus postos se quiserem disputar as eleições para a Constituinte ou os governos estaduais.

E, como não poderia deixar de ser, deputados e senadores irão legislar em causa própria. Quem tiver mandato legislativo, for governador de Estado ou prefeito municipal pode ficar em seu lugar até o dia 14 de maio, seis meses antes do pleito. Mas quem não tiver um mandato eletivo qualquer precisará abandonar o seu posto nove meses antes, até o dia 14 de fevereiro. A razão dessa discriminação é totalmente obscura. Será que os senhores deputados e senadores estão pensando que só por ter um cargo legislativo a pessoa é mais honesta do que outra que não tem? Aprovada essa proposta, o Congresso estará colocando sob suspeita, só para citarmos uns poucos exemplos, todos os ministros do governo Sarney, à exceção de Fernando Lyra, Afonso Camargo, Carlos Santana, Pedro Simon, Almir Pazzianotto e Marco Maciel. Não são confiáveis, de acordo com o critério dos senhores parlamentares, e por isso mesmo devem deixar logo logo suas funções, desde Aureliano Chaves até o general Ivan de Souza Mendes, passando por Olavo Setúbal, Dilson Funaro, Roberto Gusmão e todos os outros. Sem contar as centenas de secretários estaduais e diretores de empresas públicas.

Os defensores dessa posição cunharam uma nova expressão — lastro eleitoral — para justificar suas posições. Segundo se apregoa no Congresso, os parlamentares com cargos executivos seriam menos infensos a utilizar a máquina administrativa na campanha, porque já foram testados eleitoralmente, têm votos, têm o chamado lastro eleitoral. Têm quota na reserva de mercado.

Não é bem assim. O uso ou não da máquina administrativa em proveito próprio não é uma questão de maior ou menor lastro eleitoral, mas um problema de cultura política e comportamento ético. E, infelizmente, este Congresso, com honrosas exceções, é claro, não está em condições de dar lições de moral para ninguém.

Este novo golpe dos parlamentares, na verdade, só tem um intuito: afastar os concorrentes dos atuais deputados e senadores e instituir a reserva de mercado parlamentar. Será uma pena se este plano vingar, como tudo indica que vai acontecer. O Brasil nunca esteve tão necessitado como agora de uma completa renovação de seus quadros políticos.